

RAFAEL KNORR LIPPMANN

AÇÃO RESCISÓRIA

DA LEI À NORMA, DA NORMA AO PRECEDENTE

Londrina/PR
2021


THOTH
E D I T O R A

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Lippmann, Rafael Knorr.
Ação rescisória: da lei à norma, da norma ao precedente / Rafael Knorr Lippmann. Londrina, PR: Thoth, 2021.

397 p.

Bibliografias: 373-397

ISBN 978-65-5959-145-9

1. Direito processual civil. 2. Ação rescisória.
3. Precedentes. I. Título.

CDD 341.46

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: Betina Leme

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil : 341.46

Conselho Editorial (Gestão 2021)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio
• Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wünsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Me. Júlio Alves Caixeta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioni da Silveira • Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita Cássia R. Tanti Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Proibida a reprodução ou total desta obra sem autorização. A dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	7
AGRADECIMENTOS	11
PREFÁCIO	13
INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1	
PERFIL DA AÇÃO RESCISÓRIA NO CPC/2015	23
1.1 Conceito e natureza jurídica	24
1.1.1 Instituto típico.....	26
1.1.2 Para desconstituição	35
1.1.3 De pronunciamento decisório	37
1.1.4 Que impede a rediscussão do mérito ou de questão prejudicial	42
1.2 Hipóteses de cabimento.....	60
1.2.1 Inciso I – decisão proferida mediante prevaricação, concussão ou corrupção do juiz	62
1.2.2 Inciso II – decisão proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente	64
1.2.3 Inciso III - decisão proferida com dolo, coação, simulação ou colusão..	67
1.2.4 Inciso IV - decisão proferida em ofensa à coisa julgada	69
1.2.5 Inciso VI - decisão fundada em prova falsa	77
1.2.6 Inciso VII - decisão infirmada por prova nova.....	80
1.2.7 Inciso VIII - decisão fundada em erro de fato	83
CAPÍTULO 2	
ASPECTOS PROCESSUAIS DA AÇÃO RESCISÓRIA NO CPC/2015	85
2.1 Legitimidade.....	85
2.1.1 Legitimidade ativa	87
2.1.1.1 Partes e seus sucessores.....	88
2.1.1.2 Terceiro juridicamente interessado.....	96
2.1.1.3 Ministério Público.....	113

2.1.1.4 Aquele que deveria ter sido ouvido e não o foi.....	117
2.1.2 Legitimidade passiva.....	119
2.2 Competência.....	121
2.2.1 Definição do tribunal competente para o julgamento da rescisória ..	125
2.2.2 Tratamento da incompetência na ação rescisória	129
2.3 Prazo	138
2.3.1 O prazo legal “ordinário”	138
2.3.2 Prazos especiais	140
2.3.3 Rescisória contra decisão de mérito que transita em julgado ante a inadmissibilidade de recurso em face dela interposto e contra capítulo de decisão	143
2.3.3.1 A “solução” trazida pela Súmula 401/STJ.....	144
2.3.3.2 O julgamento do RE 666.589 pelo STF.....	153
2.3.3.3 Proposta de interpretação do art. 975.....	154

CAPÍTULO 3

AÇÃO RESCISÓRIA POR OFENSA À NORMA JURÍDICA.....	161
3.1 Da ofensa à lei à ofensa à norma.....	161
3.2 O conceito de <i>norma jurídica</i> no art. 966, V, CPC.....	165
3.3 A “manifesta violação” como pressuposto de cabimento.....	182
3.3.1 Violação da norma jurídica por insustentabilidade jurídico-racional da fundamentação não universalidade da decisão como causa de sua rescisão.....	187
3.3.2 Violação da norma jurídica por ofensa a precedente.....	195
3.4 Ofensa à norma jurídica e a súmula 343/STF – necessária releitura	199

CAPÍTULO 4

PRECEDENTE JUDICIAL E SEU TRATAMENTO PELO CPC/2015... ..	215
4.1 Noções básicas precedente judicial, jurisprudência e súmula.....	215
4.2 Planos de incidência do precedente	235
4.3 Força do precedente	238
4.4 Cotejo entre a relevância do precedente no Brasil e no sistema da <i>common Law</i>	242
4.4.1 Relevância jurídica do precedente no ordenamento pátrio até o CPC/1973	242
4.4.2 Relevância jurídica do precedente no CPC/2015.....	256
4.4.3 Relevância jurídica do precedente na <i>common law</i>	261
4.5 Traços comparativos entre o precedente na <i>common law</i> e na experiência brasileira.....	264
4.5.1 Sentido da expressão <i>precedente</i>	264
4.5.2 Origem da vinculação ao precedente e consequência de sua	

inobservância.....	272
4.5.3 Objetivo● nuclear do respeito ao precedente.....	280

CAPÍTULO 5

AÇÃO RESCISÓRIA POR OFENSA A PRECEDENTE JUDICIAL.....	289
5.1 Inclusão dos 5º e 6º no art. 966 do CPC a Lei 13.256/2016 e as particularidades de seu processo legislativo.....	290
5.2 Parâmetros para o cabimento de ação rescisória por violação a precedente.....	294
5.2.1 Parâmetro objetivo	295
5.2.2 Parâmetro subjetivo.....	305
5.2.3 Parâmetro temporal.....	323
5.2.3.1 Momento em que se tornou imutável a decisão rescindenda.....	324
5.2.3.2 Momento de formação do precedente.....	325
5.2.3.3 Rescisão de decisão fundada em lei declarada inconstitucional pelo STF.....	339
CONCLUSÃO	367
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	373